

Titulação escolar e mercados profissionais

Odaci Luiz Coradini

Introdução

O objetivo do presente texto consiste na apresentação de resultados do exame das relações entre titulação universitária, ocupação profissional e posição social, particularmente no que tange a categorias socialmente dominantes no Brasil das últimas décadas. Utilizando como fonte de dados empíricos os microdados dos censos de 1970 a 2000, são confrontados os títulos universitários com os destinos ocupacionais e com o respectivo rendimento do trabalho principal. Conforme a hipótese geral perseguida, como os usos sociais dessa titulação universitária se inscrevem numa diversidade de mercados e de relações diferenciadas com a estrutura de poder, por um lado, ocorre o crescimento da proporção daqueles que têm ocupação de “elite”, ou de gesto e comando, que abrange quase todos os títulos universitários. Por outro lado, a forte polivalência dos usos da titulação universitária resulta também na grande quantidade dos que exercem alguma ocupação com rendimento inferior ao daquele da categoria correspondente à respectiva titulação escolar.

Segundo uma das principais elaborações conceituais a respeito das relações entre o mercado escolar e o de trabalho, de Bourdieu e Boltanski (1975), os descompassos entre os mesmos resultam da autonomia relativa do campo escolar frente ao campo econômico e das conseqüentes diferenças de interesses e de temporalidades. Isso cria a possibilidade de diferenças entre as “propriedades pessoais, como o diploma” e “as características do cargo, cuja mudança depende da economia” (Bourdieu e

Recibido: 25/02/09 - Aceptado: 02/02/10

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. eletrônico: coradini@ufrgs.br e coradini@portoweb.com.br

Boltanski, 1975: 98-103). Por outro lado, além das estratégias e lutas individuais e coletivas pela valorização da titulação escolar ou, então, dos cargos, existem possibilidades variadas de reconversão social e profissional. Nesses processos de reconversão, mais generalizados nas situações de inflação de títulos e crise de mercado, os setores e profissões de representação, que são mais indeterminadas, contariam com mais possibilidades (Bourdieu, 1978). No entanto, nas condições estudadas, a forte polivalência nos usos sociais e profissionais abrange quase todos os títulos escolares, não se restringindo, portanto, aqueles cujas profissões correspondentes são mais indeterminadas.

Em trabalhos posteriores, particularmente naquele dedicado ao estudo das relações entre escolarização e “elites” (Bourdieu, 1989) são propostos alguns instrumentos analíticos que podem sinalizar para avanços significativos nesse sentido. Trata-se, mais diretamente, da proposição conforme a qual na divisão das instituições universitárias um dos pólos corresponde ao maior grau de autonomia e capacidade de imposição de critérios técnicos e éticos especificamente escolares e, por outro lado, às origens e qualidades sociais e à estrutura de capital herdada dos alunos (Bourdieu, 1989: 213; 1984). Apesar da relativa autonomia do campo escolar, os usos sociais da titulação escolar estão subordinados a estratégias de reprodução que remetem a outras esferas e instituições. Dentre essas esferas e instituições estão incluídas o grupo familiar, a organização empresarial, as burocracias públicas ou privadas, as corporações em geral e, particularmente no que tange aos grupos socialmente dominantes ou à “elite”, o capital de relações sociais e as afinidades de estilos de vida (Bourdieu, 1989: 450-481). Apesar de que, nessa perspectiva teórica, o capital escolar esteja associado à determinada “competência técnica”, sua realização social depende da “competência social” e, portanto, das modalidades de inserção de seu portador em diferentes mercados específicos. Por outro lado, particularmente no que tange ao mercado escolar e dos serviços de algumas profissões, trata-se de um “mercado regulado”, cuja configuração depende do confronto de interesses investidos nos organismos públicos e da representação dos interesses organizados envolvidos. Nessas condições, as chances de um produto ou serviço ser controlado pelo Estado num grau maior depende da “opinião mobilizada” no sentido de que esse controle seja indispensável (Bourdieu e Christin, 1990: 66). Portanto, as condições particulares de cada caso dependem das respectivas configurações de interesses em confronto.

Além dos respectivos mercados, também são pressupostas como condicionantes dos usos sociais da titulação escolar, as relações com posições socialmente dominantes. Porém, mais que algum grupo predefinido e delimitado substantivamente, o problema analítico consiste nas posições ou o “campo de poder”, cuja “estrutura define-se pelo estado

das relações de força entre espécies de capital” (Bourdieu, 1989: 373-375). No que tange especificamente às relações entre posição social e o campo escolar é necessário considerar ainda os efeitos da existência ou não de algum setor específico dirigido explicitamente à formação de elites. Casos como o da França têm como uma das principais características a de manter um setor de ensino (as “grandes escolas”) explicitamente voltado para a formação de “elites” (que serve, inclusive, de base empírica para as principais formulações de Bourdieu, 1984; 1989; Bourdieu e Saint Martin, 1987). Nesse caso, a “competência técnica” específica adquire contornos próprios, que acaba se manifestando numa maneira de ser, mas que não deixa de constituir uma “competência”, associada à determinada escolarização, embora tendo o capital cultural de origem e o capital de relações como condição de realização. Desse modo, tanto a relativa autonomia do campo escolar e sua bipolarização entre as “grandes” e as “pequenas” escolas, como entre o pólo mais associado ao capital escolar (científico ou cultural) e suas regras e ética próprias e, por outro lado, às “escolas de poder” (Bourdieu, 1989: 213 e Bourdieu e Saint Martin, 1987) são o resultado dessa configuração específica. No que tange à escolarização de “elites”, além de um conjunto de instituições especificamente dirigido a isso, suas relações com o Estado e uma concepção carismática de autoridade (Garrigou, 2001: 234-235), isso resultou na tensão entre a pretensão de formação de “elites” gestoras do Estado e o modelo anglo-saxão das *business schools*. Ocorre que no caso em pauta, ao se tratar de uma configuração histórica “periférica”, tanto o problema das relações da titulação escolar com a posição social como aquele do processo de profissionalização têm outras bases. Se por outro lado não existe algum setor do ensino superior explicitamente dirigido à formação de elites, por outro, como os dados apresentados adiante indicam, boa parte dos portadores de títulos universitários, em diferentes áreas do conhecimento, mantêm posições homólogas ou semelhantes.

Isso vai ao encontro dos resultados do estudo de Karady (1991) das relações entre os estudos jurídicos e a reprodução das elites húngaras. Para Karady (1991: 109), a razão das intensas relações entre descendentes da nobreza e os estudos jurídicos decorrem das afinidades entre as carreiras jurídicas e as atividades públicas. O direito constitui uma “competência genérica” afim com esse tipo de atividade. Além disso, no período mais recente, frente à inflação de títulos escolares, o diploma em direito conta com a vantagem de não conduzir exclusivamente a um determinado mercado (como a medicina), permitindo, assim, reconversões e escolhas profissionais alternativas conforme cada conjuntura. Mas, além dessa *polivalência* sócio-profissional da formação jurídica, sua expansão estaria vinculada também à “herança profissional”, através da transmissão familiar de parte das competências e do capital de re-

lações sociais (Karady, 1991: 120). Essas proposições vão ao encontro das constatações quanto aos usos sociais do direito em sociedades periféricas de Dezalay e Garth (América Latina, Filipinas), particularmente, devido à posição dos juristas como mediadores no sistema de patronagem estabelecido entre o poder local e as elites internacionais (Dezalay e Garth, 2008: 50; 2002). Porém, no caso em pauta, se por um lado, fica evidente que a polivalência nos usos sociais e profissionais da titulação escolar tem nas ocupações de “elite”, ou de comando e gestão, um de seus fundamentos, por outro, isso está muito longe de se restringir ao direito. Inclusive, os portadores de títulos em direito, de graduação ou de mestrado ou doutorado, constituem um dos poucos casos de evolução no sentido da maior correspondência entre o título escolar e a ocupação.

Essas perspectivas quanto aos usos sociais da titulação escolar e suas relações com posições sociais dominantes ou de “elite” confluem com algumas proposições básicas do credencialismo. Uma dessas confluências entre perspectivas baseadas no credencialismo e proposições de Bourdieu, como destacado inclusive por Brown (2001: 27-28) consiste, em primeiro lugar, na importância central da cultura geral e do caráter simbólico das credenciais no recrutamento de “elites”. A segunda consequência importante é a ênfase na diversidade de formas que as credenciais podem tomar nas burocracias privadas ou públicas e no estabelecimento de prerrogativas e regras profissionais¹.

Quanto aos problemas relativos à definição de mercado, a proposição de “mercados múltiplos”, visando incorporar os “fatores econômicos, culturais e estruturais” (Zelizer, 1992: 10)² pode constituir um instrumento analítico importante. Além de mercados como aquele de “adoção de crianças”, esse esforço na definição das bases de mercados específicos resultou, também, em estudos de mercados de trabalho particulares, como aquele em que operam os “caçadores de talento” para cargos de direção de empresas. Mais que outros mercados de trabalho, tratar-se-ia de um “mercado particular”, onde, além da competência diretamente profissional, é a *personalidade* dos candidatos que é avaliada, após uma seleção mais geral. Além das empresas demandantes, os próprios escritórios de “caçadores de talento” contribuem para definir o mercado de “quadros dirigentes” (Gautie, Godechot e Sorignet, 2005).

No que tange à noção de “profissão”, deve ser considerado que, inclusive, os próprios esquemas de coleta e organização dos dados utilizados estão fortemente baseados em classificações profissionais ou ocupa-

1 Para uma discussão mais geral sobre as relações entre titulação escolar e prerrogativas e credenciais profissionais e sociais, ver particularmente Collins (1979), Brown (2001) e Weber (1984: particularmente 242-248).

2 Para um balanço mais geral desses esforços de redefinição do conceito de mercado, com uma perspectiva própria, pode ser consultado Fligstein (1996).

cionais³, o que implica numa série de problemas técnicos e analíticos, dentre os quais, aquele das relações entre as classificações censitárias e as demais categorias sociais. Não caberia entrar aqui na questão da tradição norte-americana que pretende apreender a profissionalização através de um conceito e as críticas suscitadas. Para o que está em pauta é necessário destacar que não se trata de negar os eventuais processos mais gerais de “profissionalização”, mas considerá-los como algo que deve ser tomado em suas condições e configurações particulares e concretas. Isso implica em apreender os eventuais processos de “profissionalização” sem excluir suas relações com determinados campos ou esferas e respectivos recursos sociais, sejam aqueles associados ao grupo familiar, às relações com as políticas de Estado, e com diferentes mercados, como já indicado para o caso dos juristas no caso da França (Boigeol e Dezalay, 1997). Isso vai ao encontro da proposição de tomar a “profissão” como “mercado fechado”, ou seja, como “*monopolização de um determinado segmento de mercado de trabalho* visando controlar a incerteza da relação salarial ou mercantil”. Assim, se “profissões” podem ser “distinguidas como uma espécie do gênero ‘mercado fechado’, é pelo peso específico -e não pela natureza- de diversos componentes do jogo social onde se investem arranjos e desarranjos das identidades e das regras que protegem suas fronteiras” (Paradeise, 1988: 12 e 20. Grifos no original). Sendo assim, apesar de situações as mais diferenciadas quanto a processos e a graus de profissionalização e de determinação de prerrogativas profissionais, isso não pode ser diretamente atribuído ao título ou à formação escolar e nem ao tipo de atividade.

Como já mencionado, a hipótese mais geral perseguida é a de que, nas condições estudadas, um dos principais responsáveis pela polivalência nos usos da titulação escolar é a ocupação de posição socialmente dominante, ou de “elite”, como meio de acesso ou de legitimação de posições de comando e gestão, de boa parte dos portadores dessa titulação. Por outro lado, um outro dos principais responsáveis pela polivalência ocupacional são as condições sociais e profissionais desfavoráveis de outra boa parte dos portadores de titulação universitária, cuja ocupação e rendimento econômico estão abaixo da média dos que exercem alguma ocupação conforme a definição formal do curso concluído. Na passagem da titulação escolar para a ocupação efetiva se interpõe uma multiplicidade de mercados que incluem aqueles de postos de comando e gestão de empresas privadas ou públicas, de serviços profissionais com base em diferentes estruturas organizacionais e aqueles mercados mais fortemente dirigidos politicamente, tais como o magistério de ensino fundamental e médio e os serviços burocráticos subalternos.

3 Para uma discussão mais geral das condições de utilização das classificações profissionais na análise sociológica ver Merllié (1983) e sobre a noção de “patrão” nos censos franceses, ver Zarca (1993).

1. O material empírico utilizado e as principais constatações

Como já foi mencionado, as principais fontes de material empírico utilizadas consistem nos microdados dos censos de 1970 a 2000. Apesar de sua generalidade, esse material fornece alguns indicadores relevantes para o exame das relações entre titulação escolar, ocupação profissional e rendimentos. Dentre as variáveis mais diretamente utilizadas destacam-se o tipo do último curso concluído (em 58 categorias para cursos de graduação e de mestrado ou doutorado e uma para os sem curso superior) e as ocupações profissionais (no caso, agrupadas em 37 categorias). Visto que, para os censos foram mantidas as antigas classificações profissionais após as alterações no decorrer do período, é possível acompanhar a evolução numa série temporal significativa.

Ao confrontar o título escolar mais alto obtido com a ocupação declarada no censo, no período de 1970 a 2000, a primeira constatação mais geral é a relativamente baixa proporção daqueles em que há correspondência entre ambos. Apenas alguns poucos títulos, de graduação ou de mestrado ou doutorado, em medicina, odontologia, direito e os cursos militares superam os sessenta por cento em 2000 e algo semelhante ocorre com os demais períodos. Além disso, embora para alguns títulos escolares com menor grau de determinação da profissão, especialmente os de licenciatura, a ocupação tomada como correspondente não seja exclusiva, mais da metade dos títulos tem menos da terça parte de seus portadores na respectiva ocupação. Para a maior parte dos casos, a proporção daqueles cujo título escolar coincide com o respectivo agrupamento ocupacional situa-se entre 30% e 60%, apesar da relativamente forte dispersão. A segunda constatação mais geral é a de que essa proporção daqueles em que há correspondência entre as prescrições formais ou a disciplina do título escolar universitário, de graduação ou de mestrado ou doutorado, e a ocupação declarada tende a diminuir ou, então, a se manter estável, mas, em geral, não aumenta, no período considerado.

A terceira constatação geral é a de que o aumento dos portadores de um determinado título escolar em algumas categorias ocupacionais tende a ser maior. Dentre essas categorias com maior crescimento destacam-se três que podem ser consideradas como componentes de grupos dirigentes ou “elites”, a saber: os agrupamentos dos empregadores e proprietários em geral, dos diretores e gerentes de empresas privadas e dos diretores e chefes na administração pública⁴. Portanto, trata-se de categorias socialmente dominantes, uma das quais se caracteriza pela propriedade de capital econômico, uma segunda pela gestão do capital econômico e, por fim, uma terceira pela detenção de algum tipo de capital político. Para alguns títulos universitários, particularmente aqueles de nível de mestrado ou de doutorado, uma outra categoria específica de

4 Para detalhes da composição desses agrupamentos, ver IBGE (2003: Documentação).

“elite” que tende a aumentar no decorrer do período, em condições específicas e de modo variável, é a dos professores de ensino superior. Uma quarta constatação geral é o forte aumento da proporção daqueles com ocupações subalternas, que tendem a se concentrar ainda mais entre os com titulação escolar com menor valor econômico (como os de licenciatura) ou, então, em cursos com maior heterogeneidade e, portanto, polivalência (como os de direito, de administração, dentre outros).

Sendo assim, somente os portadores de alguns poucos títulos universitários têm uma proporção com forte predominância daqueles cujo destino profissional mantém relações formalmente mais diretas com as prescrições do curso. Dentre esses se destacam os com graduação em odontologia, em medicina e em enfermagem. A situação dos graduados em farmácia, apesar da proximidade como área de conhecimento, é muito diferente, variando entre menos de uma quinta parte à cerca da metade. Por outro lado, os graduados em engenharia civil têm uma proporção de pouco mais da metade, que tende a diminuir no período. Os graduados em direito mantêm uma proporção de correspondência ainda menor, mas como já mencionado, há uma tendência de crescimento, tanto para os com apenas graduação, como para os com mestrado ou doutorado. Os graduados em arquitetura e urbanismo têm uma proporção um pouco mais alta, de pouco mais da metade, mas também com tendência de diminuição e os graduados em teologia também têm decréscimo, de modo semelhante aos graduados em medicina veterinária. Por fim, os graduados em cursos militares mantêm uma proporção de correspondência um tanto mais alta, mas também com decréscimo e muitas oscilações no período. Como parece evidente, nos casos de proporção mais alta de correspondência entre o título e a ocupação, em geral, se trata de profissões com mercado mais delimitado e com prerrogativas profissionais mais estabelecidas. Mesmo assim, com algumas exceções, perto da metade dos portadores da maior parte dos títulos não exerce alguma ocupação formalmente enquadrada na respectiva categoria ocupacional.

Por outro lado, dentre a grande quantidade de portadores de títulos com baixa correspondência com a ocupação declarada destacam-se: os graduados em agronomia, em outros cursos de ciências agrárias -que não agronomia ou medicina veterinária-, em psicologia, engenharia elétrica, engenharia mecânica, engenharia química, em outros cursos de graduação em engenharia, ciências da computação, estatística, geologia, ciências contábeis e atuariais, ciências econômicas, comunicação social e, por fim, os cursos de licenciatura em geral. Para esses últimos, na maior parte dos casos, em torno de um terço dos respectivos portadores de titulação, embora com muitas variações para baixo, é constituído de professores de ensino de 2º grau e uma parte menor de ensino de 1º grau.

Ao tomar separadamente aqueles com título de mestrado ou doutorado a proporção de correspondência com a ocupação diminui em detrimento de outras ocupações, particularmente aquela de professor de ensino superior. Assim, aqueles com mestrado ou doutorado em ciências agrárias mantêm uma proporção de cerca da terça parte como agrônomos. Algo semelhante ocorre com aqueles com mestrado ou doutorado em engenharia e os com outros títulos de mestrado ou doutorado em ciências exatas e tecnológicas -que não os de engenharia. A exemplo dos títulos de graduação, as principais exceções com aqueles com mestrado ou doutorado ocorrem com os em medicina e em direito, com alta proporção de correspondência entre o título e a ocupação, embora em grau bem menor que os apenas graduados.

Algumas categorias profissionais baseadas nas classificações censitárias podem ser tomadas em seu sentido de atividade ou ocupação ou enquanto indicador de condição ou de posição social, com base em diferentes recursos. No que tange às posições socialmente dominantes, esse é o caso, particularmente, do agrupamento de ocupações sob a etiqueta de empregadores e proprietários em geral, cujo recurso principal, evidentemente, está na posse de determinado montante de capital econômico. Um segundo agrupamento de ocupações que se destaca nesse sentido é aquele dos administradores e gerentes de empresas privadas, que, se por um lado, pode estar fortemente associado à categoria dos empregadores e proprietários em geral, por outro, também pode conter características próprias, inclusive, porque tem nas atividades ou ocupações relativas à gestão e controle sua principal razão de ser, além das diferenças quanto ao rendimento, como indicado adiante. Por fim, um terceiro agrupamento socialmente dominante, ou de “elite”, que se destaca é aquele dos diretores e chefes na administração pública, cujo principal recurso tem como base algum tipo de capital político. Como no Brasil, quantitativamente, a quase totalidade dos cargos com poder de decisão “política” (com exceção daqueles com base em processos eleitorais) tem como critério de recrutamento a “indicação” ou cooptação, é de supor que sua principal base esteja no capital político associado com algum tipo de engajamento ou em outros critérios de cooptação e “indicação”, cujas particularidades, evidentemente, os dados utilizados não têm condições de apreender. Em todo caso, apesar das evidentes fortes clivagens e diferenças internas nesses agrupamentos ocupacionais e na comparação entre si, podem ser tomados como representativos das categorias com posição social mais alta, em suas relações com os usos da titulação escolar.

Como os dados expostos a seguir evidenciam, há uma tendência geral, embora não unívoca, no sentido da associação entre titulação universitária e posição socialmente dominante e de comando administrativo e político, que abrange crescentemente a maior parte dos títulos,

com relativa independência do conteúdo da respectiva disciplina ou área de conhecimento. Dito de outro modo, na diversidade de mercados em que esses títulos escolares se inscrevem, um dos pólos é representado pelos seus usos na perspectiva de posições social e politicamente dominantes.

Ao tomar conjuntamente esses três agrupamentos ocupacionais social e politicamente dominantes, como seria de esperar, o extremo do pólo mais diretamente associado é representado por categorias como aqueles com mestrado ou doutorado em administração, em outros cursos de engenharia -que não engenharia civil, mecânica, elétrica e eletrônica e química e industrial-, com graduação em administração, propaganda e marketing, ciências econômicas, dentre outros. Em síntese, em geral, nesse pólo se situam os formados em cursos das engenharias ou das chamadas ciências sociais aplicadas têm entre a quinta parte à quase metade como componente de algum dos três segmentos de “elite” em pauta.

No que tange aos formados em administração ou em economia, como se trata de cursos dirigidos à formação de gestores, a grande quantidade de administradores e gerentes de empresas privadas não poderia ser definido como incongruência relativamente ao título, mas o mesmo não poderia ser concluído da grande quantidade dos classificados como empregadores e proprietários em geral ou como diretores e chefes na administração pública. Algo semelhante ocorre com os portadores de outros títulos universitários, como os das engenharias.

Por outro lado, ao tomar pelo pólo de menor proporção nessas três categorias de “elite”, uma primeira constatação que se depreende é a pequena quantidade de títulos universitários em que há ocorrência de alguma proporção significativa daqueles classificados nas mesmas. Além daqueles sem curso superior, se sobressaem apenas os portadores de alguns títulos universitários da área médica, como os graduados em odontologia, em enfermagem e com graduação ou mestrado ou doutorado em medicina, além de outros cursos na área de ciências humanas, ou com mercado profissional mais circunscrito, tais como os graduados em teologia, com mestrado ou doutorado em letras e artes, com cursos militares de nível superior, com graduação em biblioteconomia, em letras, com mestrado ou doutorado em direito e em alguns outros cursos de licenciatura. Todos os demais títulos têm, no mínimo, a décima parte em ocupações profissionais em uma das categorias de “elite” (como definidas acima). Como fica evidente, os poucos casos de menor proporção no pertencimento a essas categorias consistem em profissões mais estabelecidas e exclusivas ou, então, cursos associados a condições sociais mais baixas, como os de licenciatura, o que pode ser constatado, inclusive, através do montante de rendimento, como indicado adiante. Isso, no entanto, não exclui a participação significativa, de mais da décima parte,

nessas categorias de “elite” dos portadores de títulos de uma série de cursos de licenciatura ou formalmente dirigidos para a formação de professores de ensino de 1º ou 2º grau, tais como pedagogia, filosofia, ciências e estudos sociais, química, dentre outros. Isso também não exclui alguns títulos escolares que remetem a profissões mais estabelecidas e exclusivas, mas cujos portadores podem estar, simultaneamente, inseridos em outros mercados, como é o caso dos graduados em estatística, com quase a quinta parte como integrante de alguma das três categorias de “elite”, em geologia, em agronomia, dentre outros.

Um outro conjunto de constatações que se depreende é relativo às tendências quanto à evolução no período analisado dessas proporções de portadores de titulação universitária em categorias ocupacionais de “elite”. O primeiro ponto a destacar é que não ocorre alguma tendência de formação de algum tipo de curso especializado na formação de “elites”. Apesar da forte participação de cursos como os de administração e de economia, não ocorre algum acréscimo significativo nesse sentido. Assim, aqueles com mestrado ou doutorado em administração tiveram uma tendência de diminuição nas três categorias. Algo semelhante ocorre com os graduados em administração, enquanto os graduados em ciências econômicas se mantêm no mesmo patamar, com diminuição daqueles graduados em ciências econômicas e contábeis. Simultaneamente, surgiram novos cursos e títulos próximos, como graduação em propaganda e marketing, com mais da terça parte dos titulados como componentes da “elite”. No que tange às engenharias, mesmo para os cursos mais tradicionais, como o de engenharia civil, ocorre a manutenção da proporção de componentes da “elite” em torno da quinta parte, e por outro lado, surgem novos cursos de engenharia com proporções mais altas. Esse é o caso, dentre outros, dos graduados em engenharia mecânica, com cerca da terça parte, da engenharia química e industrial, da engenharia elétrica e, particularmente, dos outros cursos de engenharia -que não engenharia civil, mecânica, elétrica e eletrônica e química e industrial- também com mais da terça parte com ocupação em alguma das categorias de “elite”. Algo semelhante ocorre com os graduados em agronomia, cuja proporção de componentes da “elite” se mantém relativamente estável, mas, enquanto isso surgiram outros cursos próximos, como os classificados como outros de ciências agrárias -que não agronomia e medicina veterinária- com proporção de componentes de alguma das categorias de “elite” muito mais elevada. Um processo semelhante ocorre com várias outras áreas, com a diversificação e oferta de novos títulos, como, na área de jornalismo, comunicação social, com alta proporção de componentes da “elite” e, inclusive, na área de letras e artes, com outros cursos de graduação em letras e artes, com quase a quinta parte dos portadores do respectivo título como administradores e gerentes de empresas privadas.

Mas, além daqueles cujo destino ocupacional corresponde com as prescrições do título escolar e daqueles nas ocupações socialmente mais dominantes, em geral ocorre uma altíssima dispersão quanto ao destino ocupacional. Praticamente a totalidade dos títulos escolares em análise tem boa parte, embora variável para cada caso, de portadores cujo destino ocupacional abrange quase todos os trinta e sete agrupamentos profissionais utilizados para classificação. Ou seja, se trata de diversos mercados para cada título e, em boa parte dos casos, equivale a ocupações social ou, pelo menos, economicamente inferiores à posição da respectiva categoria prescrita pelo título escolar.

Porém, como as classificações profissionais utilizadas pelas fontes têm forte caráter setorial, estando mais centradas no tipo de atividade que nas condições de seu exercício e inclusive, por se tratar de agrupamentos uma forma de indicar para seu significado quanto à posição social é relacioná-las com os recursos econômicos. Na inexistência de indicadores relativos ao montante do patrimônio, essas categorias ocupacionais podem ser relacionadas com o rendimento médio do trabalho principal, o que contribui, inclusive, para especificar as diferenças de valor de mercado da titulação escolar. Porém, uma melhor especificação requer um primeiro exame global do rendimento médio dos portadores de cada título escolar para, então, focar as diferenças entre os portadores de cada título conforme seu destino ocupacional.

2. Titulação escolar, destinos ocupacionais e rendimento econômico

O exame da hierarquização dos títulos escolares através do montante de rendimento do trabalho principal pode ser operacionalizado através da comparação dos títulos entre si, tomando o valor médio do conjunto dos portadores de cada título independentemente dos diferentes mercados em que se insere. Esse valor pode ser tomado, inclusive, como indicador indireto da hierarquização escolar, pelo menos no que tange à sua dimensão mais econômica. Mas a comparação também pode tomar cada título separadamente, em confronto com as diferentes ocupações em que seus portadores se inscrevem. Além dos respectivos mercados restritos a cada título, isso pode constituir um bom indicador das diferenças econômicas internas e, por outro lado, dos diferentes significados quanto à posição social. Isso porque os portadores de um mesmo título podem estar em ocupações e rendimentos mais próximos de posições socialmente dominantes, na respectiva profissão (que também está inserida numa estrutura profissional e social socialmente hierarquizada) ou em ocupações social ou economicamente inferiores aos que exercem a ocupação correspondente ao título escolar.

Ao comparar o montante de rendimentos do trabalho principal para cada título universitário no período de 1970 a 2000, a primeira constatação geral que se depreende é a de que apesar das fortes variações em ter-

mos absolutos (devido, inclusive, às dificuldades técnicas de atualização monetária)⁵, as respectivas posições se alteram muito pouco. Além disso, muitas dessas pequenas variações podem ser atribuídas ao aparecimento de novos cursos e respectivos títulos e às reformulações e desdobramentos de cursos antigos. Uma outra constatação geral é que a altíssima diferença entre o título mais bem remunerado e aquele que ocupa a última posição se mantém relativamente constante. Deixando de lado os sem curso superior, a diferença entre o título do topo e o último título universitário é de 4,66 vezes em 2000, sendo que o título que ocupa a posição inferior extrema se aproxima da média de rendimento daqueles sem curso superior. Essa diferença é de 3,73 vezes em 1991, de 5,20 vezes em 1980 e, por fim, 4,94 vezes em 1970.

Uma outra constatação é a de que, embora o grau do título (graduação ou mestrado ou doutorado) tenha algum peso, a posição quase não depende da área de conhecimento, com exceção da situação geralmente inferior dos cursos de ciências humanas e dos cursos dirigidos à formação de professores de ensino de 1º e 2º grau. Portanto, mais que a área, a posição ou o montante de rendimento está mais diretamente associada com os respectivos mercados ocupacionais. Assim, ao tomar os títulos melhor posicionados no topo, em geral se trata de cursos nas áreas de ciências sociais aplicadas (graduação ou mestrado ou doutorado em administração, direito, economia), nas engenharias em geral, os títulos mais valorizados na área de saúde ou ciências biológicas (medicina), nas ciências agrárias e cursos militares de nível superior, dentre outros. Porém, ao tomar o extremo oposto, aquele das médias de rendimento do trabalho principal mais baixas, a principal característica comum é a de que, em sua maior parte, se trata de cursos de licenciatura e bacharelado, de todas as áreas de conhecimento. Ou seja, a principal característica comum é ter o magistério de ensino fundamental e médio como principal mercado, independentemente da área de conhecimento. Além desses cujo mercado principal é o magistério pré-universitário se destacam também o curso de teologia, cujo mercado é muito específico e aqueles de cunho prático com mercado restrito, como biblioteconomia, ciências da computação, dentre outros.

Se por um lado as diferenças entre os títulos escolares quanto ao rendimento médio do trabalho principal são extremamente acentuadas e as respectivas posições tendem a se manter no decorrer do período, por outro, as variações entre os portadores do mesmo título⁶ são ainda mais acentuadas. Como seria excessivo tomar cada um das quase seis dezenas de títulos, podem ser enfocados alguns casos exemplares, daqueles que ocupam posições extremas quanto às diferenças entre os títulos comparados entre si, para examinar mais detalhadamente suas diferenças internas

5 Os valores monetários são o resultado da conversão da moeda brasileira do período para o dólar norte-americano.

6 Essa grande quantidade de títulos impossibilita, inclusive, a exposição das respectivas tabelas específicas nos anexos.

quanto às variações no rendimento médio do trabalho principal e os mercados específicos que compõem os destinos ocupacionais.

Tomando inicialmente os portadores de títulos que ocupam posições extremas no pólo do maior rendimento do trabalho principal, os com mestrado ou doutorado em administração se distanciam um tanto relativamente às características médias do conjunto de portadores de titulação universitária. Uma característica específica consiste na maior associação com o universo empresarial e, particularmente, com os administradores e gerentes de empresas privadas (35,67% dos com mestrado ou doutorado em administração), a exemplo daqueles de economia. Por outro lado, há uma menor quantidade de professores de ensino superior (8,62%), comparativamente aos demais portadores de título de mestrado ou doutorado. Mesmo assim, uma primeira constatação geral que se impõe relativamente àqueles com título de mestre ou doutor em administração é que, apesar de pouco mais da terça parte em que há correspondência entre o título e a ocupação de administrador e gerente de empresas privadas, ocorre uma enorme dispersão quanto ao destino ocupacional. Além dos mencionados administradores e gerentes de empresas privadas e de professores de ensino superior, se destacam também os empregadores e proprietários em geral, que ocupam o topo das médias de rendimento. Por outro lado, mais da metade dos portadores do título de mestre ou doutor em administração se enquadram em dezenas de outros agrupamentos que não aquele conforme as prescrições do título ou, então, que equivalem a posições de comando. Todas essas categorias de ocupações têm rendimento inferior.

Ao confrontar com aqueles que têm somente a graduação em administração, além da forte diferença na média do rendimento, ficam evidentes as diferenças quanto ao destino ocupacional. Nesse caso também os administradores e gerentes de empresas privadas representam boa parte, de mais de um quinto, bem como os empregadores e proprietários em geral, com quase a décima parte, mas a proporção de professores de ensino superior é insignificante. Por outro lado, a quantidade daqueles em ocupações subalternas, com rendimento médio abaixo daqueles da categoria dos administradores e gerentes de empresas privadas é muito maior, com bem mais da metade. No caso, as diferenças entre o rendimento médio dos empregadores e proprietários em geral é maior em confronto com os administradores e gerentes de empresas privadas. Por outro lado, a maior parte dos graduados em administração tem ocupação com rendimento médio abaixo da respectiva categoria ocupacional dos administradores e gerentes de empresas privadas, com destaque para aqueles com funções burocráticas e de escritório, com quase um quinto do total, e ocupações do comércio e atividades auxiliares, com uma quantidade ainda maior e com rendimento ainda menor.

Ao tomar os portadores de outros títulos das chamadas ciências sociais aplicadas que se situam no pólo do rendimento médio mais alto os resultados não diferem muito desse padrão. No caso daqueles com mes-

trado ou doutorado em direito, que mantêm uma das posições das mais altas quanto ao rendimento médio, a maior parte tem ocupação em carreiras jurídicas, cujo rendimento médio está bem abaixo de uma série de outras ocupações que absorvem boa parte dos portadores desse título, particularmente os empregadores e proprietários em geral, diretores e chefes na administração pública, administradores e gerentes de empresas privadas e, inclusive, dos professores de ensino superior. Mesmo assim, boa parte daqueles com mestrado ou doutorado em direito tem rendimento médio muito abaixo daqueles com carreiras jurídicas, numa série extensa de atividades, com destaque para as de segurança pública. Ao tomar aqueles com apenas graduação em direito essas tendências se tornam ainda mais fortes. Nesse caso a média de rendimentos é bem mais baixa e quanto ao destino ocupacional, ocorre a diminuição das carreiras jurídicas, que continuam a representar mais da metade, com rendimento médio bem inferior às categorias de “elite”, ou seja, empregadores e proprietários em geral, e administradores e gerentes de empresas privadas e diretores e chefes na administração pública. Por outro lado, a quantidade daqueles em ocupações com rendimento inferior às profissões jurídicas aumenta, com destaque para as ocupações do comércio e atividades auxiliares, de segurança pública e ocupações mal definidas.

No caso das ciências econômicas, também, essas tendências são muito semelhantes. Ao tomar os com mestrado ou doutorado em ciências econômicas e contábeis, apenas a quinta parte está incluída entre os economistas, contadores e técnicos em administração, com rendimento médio bem abaixo dos empregadores e proprietários em geral, diretores e chefes na administração pública e administradores e gerentes de empresas privadas, que absorve mais da quinta parte e funções burocráticas e de escritório, mas bem acima dos professores de ensino superior, que nesse caso têm uma proporção mais alta. Mas nesse caso também uma boa parte tem ocupação com rendimento bem inferior àquele conforme a respectiva categoria do título escolar, como as ocupações do comércio e atividades auxiliares e ocupações mal definidas. Ao tomar aqueles com somente graduação em economia essas tendências se aprofundam. O rendimento médio se reduz para pouco mais da metade daqueles com mestrado ou doutorado, os administradores e gerentes de empresas privadas absorvem mais da quinta parte e os ocupados como economistas, diminuem, conjuntamente com o respectivo rendimento médio e os professores de ensino superior quase desaparecem. Por outro lado, os empregadores e proprietários em geral aumentam muito, tendo a melhor faixa de rendimento médio, seguidos pelos diretores e chefes na administração pública. No extremo oposto também aumentam muito as ocupações com rendimento médio bem abaixo dos economistas, tais como as ocupações do comércio e atividades auxiliares.

Ao tomar os titulados em cursos de áreas mais técnicas também essas tendências se mantêm, com algumas variações. No caso daqueles com mestrado ou doutorado em engenharia, que possuem um dos rendimentos

médios mais altos, pouco mais da quarta parte tem ocupação como engenheiro, com rendimento médio bem abaixo dos empregadores e proprietários em geral, dos diretores e chefes na administração pública e dos administradores e gerentes de empresas privadas. Mas, mesmo nesse caso, embora em menor grau, uma parte significativa, de quase metade, tem ocupação com rendimento médio muito inferior à respectiva categoria dos engenheiros e, inclusive, dos professores de ensino superior, como ocupações do comércio e atividades auxiliares, de defesa nacional e segurança pública e ocupações mal definidas. Ao tomar aqueles com apenas graduação em engenharia mecânica o grau de polivalência nos usos do título escolar aumenta muito, embora o rendimento médio não esteja muito distante dos anteriores. Os ocupados como engenheiros equivalem a menos de uma terça parte, com rendimento médio muito abaixo das categorias de “elite”, como os empregadores e proprietários em geral. Mas nesse caso também, quase a terça parte dos portadores do título de graduação em engenharia mecânica tem alguma ocupação com rendimento médio inferior aos ocupados como engenheiro, com maior concentração em ocupações da indústria em geral e ocupações do comércio e atividades auxiliares.

Com os graduados em engenharia civil ocorre algo muito semelhante, apesar da maior quantidade dos que têm ocupação equivalente ao título, como engenheiro, que chega à metade, mas com rendimento médio bem abaixo de outras categorias. Dentre essas se destacam os empregadores e proprietários em geral e os administradores e gerentes de empresas privadas. Quase uma terça parte tem alguma ocupação com rendimento superior ao dos engenheiros. Por outro lado, a quinta parte tem alguma ocupação com rendimento inferior àquele dos engenheiros, particularmente em funções burocráticas e de escritório e em ocupações do comércio e atividades auxiliares. Os graduados em engenharia elétrica e eletrônica apresentam um grau de dispersão e de diferenciação ainda maior, com pouco mais da terça parte com ocupação de engenheiro e com rendimento médio bem inferior ao dos empregadores e proprietários em geral. Os com ocupação cujo rendimento médio é inferior ao dos engenheiros passa da terça parte, com maior concentração nas ocupações da indústria em geral ou em ocupações como matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas. Os graduados em engenharia química e industrial, bem como em outros cursos de engenharia, seguem esse mesmo padrão, com apenas pequenas variações.

Os cursos de engenharia também mantêm um eixo de oposição interna no qual num pólo se posicionam aqueles títulos com carreira mais determinada, como engenharia civil, e no pólo oposto, uma série de cursos diversificados, em geral de criação mais recente e com grau de profissionalização muito menor e mais intensamente associados com categorias ocupacionais de “elite”. Esse é o caso daqueles classificados como outros cursos de graduação em engenharia. A quantidade de ocupados como engenheiros é muito pequena, com rendimento médio bem abaixo de uma série de outras ocupações exercidas por portadores de algum título de engenharia. Dentre esses se destacam os empregadores e proprietá-

rios em geral, que representam mais do dobro daqueles cuja ocupação é de engenheiro e os administradores e gerentes de empresas privadas, com uma quantidade ainda maior, ou seja, mais da quinta parte, além das ocupações mal definidas. Por outro lado, mais da terça parte dos portadores de algum título de engenharia tem ocupação com rendimento médio menor que o dos engenheiros, particularmente nas ocupações do comércio e atividades auxiliares. Com o conjunto de cursos classificados como outros de ciências exatas e tecnológicas (excluída graduação em engenharia) ocorre algo semelhante, apesar do rendimento médio bem abaixo dos demais e com grau de dispersão ocupacional e de rendimento médio ainda maior.

Essa posição de “franja” menos profissionalizada de alguns títulos ocorre também nas demais áreas, como nos cursos classificados como graduação em outros cursos de ciências biológicas e da saúde, situados no pólo oposto, ou seja, aquele correspondente ao menor rendimento médio. Nesse caso, mais da terça parte exerce alguma ocupação auxiliar de medicina e odontologia, com rendimento médio mais baixo e outro tanto como médicos, dentistas e assemelhados. Isso não exclui outra proporção relativamente alta de pertencentes a categorias de “elite”, como a dos empregadores e proprietários em geral e administradores e gerentes de empresas privadas e, por outro lado, também a participação alta em ocupações com rendimento médio inferior aos médicos, dentistas e assemelhados.

Ao tomar os títulos escolares vinculados às ciências agrárias ocorre algo muito semelhante, com o acréscimo da associação de parte dos portadores desses títulos com as atividades e a propriedade agropecuária. Daqueles com mestrado ou doutorado em ciências agrárias, menos da terça parte é formada por agrônomos, biólogos, veterinários e assemelhados, com rendimento abaixo da média do conjunto dos portadores desse título. Outro tanto é formado por professores de ensino superior, com rendimento mais alto, mas inferior à uma série de outras categorias, tais como os administradores e gerentes de empresas privadas e os empregadores e proprietários em geral. Por outro lado, a quinta parte tem alguma ocupação com rendimento médio inferior aos agrônomos. Ao tomar os que têm apenas a graduação em agronomia, além do rendimento médio menor, a proporção de agrônomos, biólogos, veterinários e assemelhados se mantém praticamente a mesma, mas aumenta muito a quantidade de empregadores e proprietários em geral e de administradores e gerentes de empresas privadas, com rendimento muito acima. Por outro lado, mais da terça parte tem alguma ocupação com rendimento inferior ao dos agrônomos, com fortes variações, particularmente em funções burocráticas e de escritório. Para os graduados em outros cursos de ciências agrárias -que não agronomia e medicina veterinária-, novamente, fica evidente uma “franja” de menor grau de profissionalização e maior polivalência do título, além do menor rendimento, que os situa no pólo do menor rendimento. Nesse caso apenas uma pequena parte exerce ocupação na respectiva categoria, com rendimento muito inferior ao dos empregadores e proprietá-

rios em geral, cuja proporção se aproxima daqueles, dos administradores e gerentes de empresas privadas, mas também daqueles com ocupação na própria esfera de atividade, ou seja, na agropecuária e produção extrativa vegetal e animal e ocupações mal definidas e, inclusive, ocupações do comércio e atividades auxiliares e diretores e chefes na administração pública. Por outro lado, mais da quarta parte dos portadores desse tipo de título tem ocupação com rendimento inferior ao da respectiva categoria de agrônomo ou assemelhado, particularmente, em funções burocráticas e de escritório e como professor de 2º grau. Para os graduados em medicina veterinária os resultados são praticamente os mesmos.

Nesse pólo constituído pelo rendimento médio mais alto se situam também alguns dos poucos títulos que mantêm um alto grau de profissionalização e, portanto, de menor polivalência ocupacional. Embora se trate especialmente de títulos escolares ligados à medicina, mais que a área de conhecimento, a principal característica comum é o maior grau de autonomia, regulamentação e controle profissional. Como já foi mencionado, trata-se, particularmente, dos cursos de medicina (graduação ou mestrado ou doutorado) e, por razões distintas, dos cursos militares de nível superior e, já numa situação intermediária quanto ao rendimento médio, de cursos como os de odontologia e de geologia, dentre outros.

No caso daqueles com mestrado ou doutorado em medicina, três quartas partes têm ocupação como médico e mais da décima parte como professor de ensino superior, que equivale a rendimentos médios um tanto mais baixos aos daqueles. Os empregadores e proprietários em geral e os administradores e gerentes de empresas privadas têm participação bem menor, embora com rendimento médio muito alto. Por outro lado, a proporção daqueles com ocupação com rendimento médio menor que aquele dos médicos é bem menor, embora com muitas variações quanto às ocupações e ao rendimento médio. Ao tomar aqueles com apenas graduação em medicina, que também ocupam uma posição extrema no pólo correspondente ao rendimento médio mais alto, a proporção daqueles ocupados como médicos é ainda maior, com quatro quintos, com rendimento médio próximo do topo e a quantidade de professor de ensino superior é insignificante. A proporção de empregadores e proprietários em geral aumenta, a exemplo dos administradores e gerentes de empresas privadas. Mesmo assim, boa parte tem ocupação com rendimento médio bem abaixo daquele da respectiva categoria dos médicos. No caso dos graduados em odontologia, apesar da semelhança com os médicos quanto ao grau de profissionalização, o rendimento médio é muito mais abaixo. A proporção daqueles com ocupação na própria profissão, como já mencionado, é a mais alta e os empregadores e proprietários em geral e demais componentes da “elite” é baixa.

Quanto àqueles com cursos militares de nível superior, o alto grau de correspondência entre as prescrições do título escolar e a ocupação, evidentemente, decorre do controle burocrático tanto da formação como

da carreira. Mesmo assim, a proporção daqueles com ocupações de defesa nacional e segurança pública não passa muito da metade, com rendimento médio bem inferior a uma série de outras ocupações com participação significativa dos portadores desse tipo de título, o que, certamente, pode estar fortemente associado com as fases do ciclo de vida. Esse é o caso dos empregadores e proprietários em geral, diretores e chefes na administração pública e, particularmente, daqueles com ocupações dos transportes e comunicações, além dos administradores e gerentes de empresas privadas e ocupações mal definidas. Nesse caso aqueles com ocupações com rendimento médio inferior à própria categoria é menor, mas que não deixa de ser significativo, com quase a décima parte.

Passando para o pólo oposto, aquele dos rendimentos médios mais baixos, há um conjunto de situações diferenciadas. Uma primeira divisão que se ressalta é aquela entre os cursos de licenciatura e os demais. Os cursos de licenciatura, por definição, abrangem todas as áreas de conhecimento, pelo menos daquelas que fazem parte do ensino nos níveis pré-universitários. Quanto aos demais, há uma série de cursos e respectivos títulos que, em sua maior parte, consistem em cursos técnicos de aplicação imediata, em geral, com mercado economicamente menos importante que os do pólo de rendimento mais alto, mas com boa parte não necessariamente menos regulamentada em termos profissionais. Esse é o caso, particularmente, de cursos como serviço social, no extremo inferior do rendimento médio, seguido por outros com posição mais próxima da intermediária, como psicologia, farmácia, ciências contábeis e atuariais, comunicação social, ciências da computação, medicina veterinária e estatística, dentre outros. O curso que ocupa a posição extrema inferior quanto ao rendimento médio, com exceção daqueles de licenciatura, o de teologia deve ser considerado como um caso especial, visto que a maior parte dos portadores desse título escolar tem como destino ocupacional um mercado instituído pelas igrejas, com suas regras e condições próprias. Mas, mesmo nesse caso, pouco mais da metade dos portadores do título exerce alguma ocupação como religioso, enquanto a quinta parte tem rendimento superior e mais da quarta parte tem alguma ocupação com rendimento inferior.

Isso, no entanto, não exclui as fortes diferenças internas, entre os portadores de um mesmo título, cujas ocupações podem abranger diferentes mercados e condições de atuação. Para tomar apenas alguns casos exemplares: a maior parte dos graduados em serviço social se classifica, em termos ocupacionais, como “cientista social”, o que, apesar de estar de acordo com as prescrições burocráticas, não deixa de constituir uma situação muito ambivalente. Mesmo assim, uma parte significativa exerce ocupações socialmente melhor posicionadas e com rendimento superior aos “cientistas sociais”, como os empregadores e proprietários em geral -apesar de bem abaixo daqueles da mesma categoria no pólo do rendimento médio superior- e administradores e gerentes de empresas privadas. Por outro lado, quase a terça parte dos portadores desse título tem al-

guma ocupação com rendimento médio inferior àquele da respectiva categoria dos “cientistas sociais”, particularmente em funções burocráticas e de escritório e em ocupações do comércio e atividades auxiliares. Com os graduados em enfermagem há um maior grau de profissionalização, tanto no sentido das prerrogativas e regulamentação do mercado como correspondência da ocupação com as prescrições do título. Àem mais da metade tem ocupação na respectiva categoria dos médicos dentistas e assemelhados. Mas isso não elimina a existência de quase a décima parte em ocupações com rendimento médio mais elevado e, por outro lado, mais da quinta parte com rendimento médio inferior, particularmente em ocupações auxiliares da medicina e odontologia. Com os graduados em biblioteconomia ocorre algo muito semelhante

Os graduados em psicologia têm maior grau de associação com categorias com posição social superior. Com menos da metade classificada na respectiva categoria de “cientista social” -que, apesar de oficial, também nesse caso comporta um alto grau de ambivalência-, tem mais da quinta parte em ocupações com rendimento mais alto, particularmente como administradores e gerentes de empresas privadas, e empregadores e proprietários em geral. Por outro lado, quase a terça parte exerce ocupação com rendimento inferior à respectiva categoria de “cientista social”, particularmente em funções burocráticas e de escritório e em ocupações do comércio e atividades auxiliares. Os graduados em farmácia não diferem muito desse padrão, a exemplo daqueles com graduação em medicina veterinária e em arquitetura e urbanismo.

Os graduados em comunicação social têm uma das menores proporções de correspondência entre a titulação e a respectiva categoria ocupacional, sendo que menos da quinta parte está incluída no agrupamento dos escritores e jornalistas, enquanto uma quantidade maior tem ocupação com rendimento mais alto, particularmente como administradores e gerentes de empresas privadas e empregadores e proprietários em geral. Por outro lado, mais da metade dos portadores desse título exerce alguma ocupação com rendimento médio inferior ao da respectiva categoria dos escritores e jornalistas, particularmente em ocupações do comércio e atividades auxiliares, funções burocráticas e de escritório e como artistas e ocupações auxiliares. A situação dos graduados em propaganda e *marketing* aprofunda algumas dessas tendências, apesar das diferenças de rendimentos médios. Nesse caso, como profissão menos formalizada e mais diretamente associada ao universo empresarial, a categoria ocupacional com maior concentração é a dos administradores e gerentes de empresas privadas, com quase a terça parte, com forte participação também de outras ocupações com posição social mais alta, como os empregadores e proprietários em geral. Por outro lado, a maior parte dos portadores desse título exerce ocupações com rendimento inferior à média, particularmente como ocupações do comércio e atividades auxiliares, que representam mais da quinta parte e funções burocráticas e de escritório. Apesar da

distância quanto à área de conhecimento, a situação dos graduados em estatística é muito semelhante. O mesmo se aplica aos graduados em ciência da computação e, num grau ainda mais elevado, aos graduados em ciências contábeis e atuariais, com menos da terça parte em ocupações da respectiva categoria dos economistas, contadores e técnicos em administração e mais de um quinto em ocupações com renda mais alta, particularmente como administradores e gerentes de empresas privadas e empregadores e proprietários em geral. Por outro lado, quase metade tem rendimento inferior à respectiva categoria dos contadores, com maior concentração em funções burocráticas e de escritório, que absorvem a quinta parte.

Quanto aos títulos de cursos de licenciatura, sua posição no rendimento médio depende diretamente do grau de associação com o magistério de ensino de 2º e, particularmente, de 1º grau e, por outro lado, da participação em outros mercados. Ao tomar os graduados em ciências, no extremo do pólo do rendimento mais baixo daqueles com alguma titulação universitária, mais da terça parte tem como ocupação o magistério de 1ª grau ou equivalente, particularmente de 5ª à 8ª série e de 2º grau. Mas, mesmo nesse caso, uma parte exerce ocupações que representam posição social dominante, como empregadores e proprietários em geral e administradores e gerentes de empresas privadas, apesar de que com rendimentos bem inferiores aos homólogos com titulação escolar mais valorizada. Ao tomar os graduados em pedagogia os resultados são muito semelhantes, apesar da maior participação daqueles com atividades auxiliares de ensino e dos administradores e gerentes de empresas privadas. No caso do curso de pedagogia, essa associação com ocupações do magistério de ensino de 1º e 2º grau tem o efeito de posicionar inclusive aqueles com mestrado ou doutorado no pólo dos rendimentos mais baixos, apesar da diferença frente aos apenas graduados.

Algo muito semelhante ocorre com os de letras, os quais, tanto os apenas graduados como aqueles com mestrado ou doutorado, situam-se no pólo do rendimento mais baixo. No caso dos graduados em letras, mais da metade tem ocupação de professor de 1º ou 2º grau, que equivale às faixas mais baixas de rendimento dentre os portadores desse título. No que tange aos com mestrado ou doutorado em letras a principal diferença é a participação dos professores de ensino superior, com a quarta parte, que equivale à proporção de professores de 2º grau, com forte diferença quanto ao rendimento médio, e a menor participação dos professores de 1º grau.

Dentre os portadores de títulos de cursos de licenciatura, os graduados em física são os que mais se distanciam do extremo inferior de rendimentos, superando, inclusive, o rendimento médio de alguns portadores de títulos de mestrado ou doutorado, como os de pedagogia. Porém, isso está diretamente relacionado com a menor proporção de professores de ensino de 1º e 2º grau, e maior de professores de 2º grau, mas, par-

tualmente, maior participação das categorias com rendimento médio mais alto. Além dos professores de ensino superior, trata-se especialmente dos administradores e gerentes de empresas privadas, matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas, empregadores e proprietários em geral e, inclusive, em funções burocráticas e de escritório.

Quanto aos demais cursos de licenciatura, as tendências são muito semelhantes às aquelas constatadas para os demais títulos cujos portadores têm o ensino de 1º e 2º grau como principal mercado e destino ocupacional.

Considerações Finais

O tema central desse artigo, ou seja, a relação entre titulação escolar, ocupação profissional e posição social, está inserido numa discussão mais ampla. Trata-se do problema dos efeitos da escolarização formal nas condições e nos trajetos individuais. Esse problema tem sido tratado, principalmente, pelos economistas, em geral com a utilização de esquemas analíticos derivados da teoria do capital humano. Além da modelação matemática característica, esses esquemas analíticos pressupõem determinadas concepções de mercado, escolar e de trabalho, sendo que o tema central de investigação tende a se circunscrever nas relações entre investimentos escolares e retorno econômico.

Não caberia contrapor-se a esse tipo de esquema analítico, decorrente de determinada teoria econômica, baseado mais diretamente na econometria, a partir de uma perspectiva sociológica. Trata-se de fundamentos teóricos e epistemológicos próprios e, portanto, de objetos de estudo distintos. Sendo assim, mais que algum contraponto com a econometria, o presente artigo pretende propor e apresentar evidências de outras dimensões e problemáticas relativas às relações entre escolarização, mercado de trabalho e posição social. O principal ponto de partida para tanto é a hipótese de que as relações entre titulação escolar, ingresso e carreira no mercado de trabalho e posição social são mais complexas que a idéia de algum mercado universalizado, abstrato e unidimensional. Do mesmo modo que a titulação escolar pode comportar diferentes significados e princípios de hierarquização, a condição e o exercício profissional estão associados com diferentes condicionantes e usos sociais dessa titulação.

Como os dados apresentados evidenciam a polivalência nos usos sociais e profissionais da titulação escolar, medida através do grau de correspondência entre o título e a respectiva ocupação, é muito alta. São poucos os títulos universitários em que seus portadores têm mais da metade exercendo alguma ocupação correspondente e, por outro lado, esse grau de polivalência, em geral, tende a aumentar no período considerado. Para tanto, mais que a área de conhecimento dos cursos, o que é determinante são as possibilidades de usos sociais diferenciados dos títu-

los, seja em alguma ocupação acima ou, então abaixo, da respectiva categoria ocupacional.

Conforme a principal hipótese explorada, essa forte polivalência decorre das relações dos portadores de titulação universitária com a “estrutura de poder”. Mais especificamente, por um lado, a não correspondência entre o título escolar e a ocupação depende das relações com posições de “elite” e as respectivas ocupações de comando e gestão econômica e política. Por outro lado, além dessas posições de “elite” e das ocupações mais centradas na respectiva profissão prescrita no título, boa parte dos portadores de titulação universitária exerce alguma ocupação com rendimento inferior àquele da ocupação correspondente ao título. Ou seja, se por um lado, boa parte exerce alguma ocupação com rendimento superior àquele auferido pelos que exercem a ocupação correspondente à profissão, por outro, outra parte, pelo menos em termos ocupacionais e econômicos, encontra-se em posição inferior. Sendo assim, isso vai ao encontro da hipótese de que os portadores de cada título universitário têm diferentes mercados como destino ocupacional, sendo suas relações com a estrutura de poder e a respectiva posição social um condicionante geral.

Como decorrência da abordagem adotada, centrada na análise de relações objetivas entre indicadores e excluindo qualquer consideração substantiva ou normativa, somente foram incluídos na análise aqueles problemas com possibilidade de tratamento empírico. Isso, à primeira vista, pode resultar na impressão de um caráter descritivo do tratamento do material empírico. Mas esse esforço visa evitar qualquer tipo de ensaísmo, ou de prescritivismo, muito comum no estudo desse tipo de tema. Isso, no entanto, não exclui os limites das fontes disponíveis de material empírico.

Para a exploração das hipóteses em pauta foram utilizadas algumas fontes censitárias cujos limites, especialmente seu alto grau de generalidade, não permitem uma melhor especificação dos demais condicionantes dessa polivalência, para além das relações entre titulação, ocupação e rendimento. Somente com a inclusão de fontes mais específicas é possível apreender as diferentes modalidades e estratégias práticas que podem estar na base das relações entre o mercado escolar e a ocupação profissional e as respectivas origens e trajetórias profissionais e sociais. Ao que tudo indica, essas modalidades podem abranger desde aqueles usos da titulação escolar de cunho mais estatutário da titulação escolar, como legitimação simbólica de posições de comando, como base de credenciais e acumulação de capital de relações, meio de reconversão profissional e social, dentre outras. Mas, mesmo sem essas informações mais específicas, aquilo que foi possível demonstrar com as fontes disponíveis pode ser indispensável para novas formulações do problema.

Anexo Tabla: proporção dos portadores de titulação universitária exercendo ocupação correspondente, em categorias com rendimento médio superior e inferior em 2000

Curso mais alto concluído	Agrupamentos de categorias ocupacionais	% de portadores do título escolar que exercem ocupação correspondente	% em categorias ocupacionais com rendimento superior	% em categorias ocupacionais com rendimento inferior
Odontologia - Graduação	médicos, dentistas e assemelhados	90,85	4,93	4,22
Medicina - Graduação	médicos, dentistas e assemelhados	79,37	5,77	14,87
Medicina - Mestrado ou Doutorado	médicos, dentistas e assemelhados	74,99	4,95	20,06
Enfermagem - Graduação	médicos, dentistas e assemelhados	68,31	9,85	21,84
Direito - Mestrado ou Doutorado	magistrados, advogados e assem.	65,45	9,93	24,62
Militar	ocupações da defesa nacional e segur.pública	62,12	28,50	9,38
Arquitetura e Urbanismo - Graduação	engenheiros, arquitetos e assemelhados	60,01	19,06	20,93
Direito - Graduação	magistrados, advogados e assemelhados	58,42	12,79	28,79
Medicina Veterinária - Graduação	agrônomos, biólogos, veterinários e assem.	57,55	26,56	15,90
Biblioteconomia - Graduação	outras ocupações técnicas, científicas e assem.	52,94	15,49	31,56
Serviço Social - Graduação	cientistas sociais	52,92	16,82	30,26
Farmácia - Graduação	químicos, farmacêuticos, físicos e assem.	51,91	39,90	8,19
Teologia - Graduação	religiosos	51,39	21,72	26,89
Engenharia Civil - Graduação	engenheiros, arquitetos e assemelhados	50,80	28,36	20,84
Educação Física - Graduação	ocupações de prestação de serviços e agropecuária por conta própria	49,96	41,78	8,26
Psicologia - Graduação	cientistas sociais	46,79	23,84	29,37

Geologia - Graduação	químicos, farmacêuticos, físicos e assem.	44,56	19,49	35,95
Ciências da Computação - Graduação	matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas	37,98	14,73	47,29
Física - Graduação	professores de ensino de 2º grau	37,79	55,07	7,14
Outros de Ciências Biológicas e da Saúde - Graduação	ocupações auxiliares da medicina e odontologia	37,03	16,49	46,49
Engenharia Elétrica e Eletrônica - Graduação	engenheiros, arquitetos e assemelhados	36,64	28,05	35,31
Administração - Mestrado ou Doutorado	administradores e gerentes de empresas privadas	35,69	7,35	56,96
Geografia - Graduação	professores de ensino de 2º grau	34,15	31,90	33,95
História - Graduação	professores de ensino de 2º grau	33,23	40,27	26,51
Agronomia - Graduação	agrônomos, biólogos, veterinários e assem.	31,63	30,13	38,24
Outros de Ciências Biológicas e da Saúde - Mestrado ou Doutorado	médicos, dentistas e assemelhados	31,39	32,19	20,06
Ciências Contábeis e Atuariais - Graduação	economistas, contadores e técnicos em administração	31,32	23,60	45,08
Matemática - Graduação	professores de ensino de 2º grau	31,06	47,13	21,81
Engenharia Mecânica - Graduação	engenheiros, arquitetos e assemelhados	30,78	37,63	31,59
Ciências Agrárias - Mestrado ou Doutorado	agrônomos, biólogos, veterinários e assem.	30,15	49,80	20,05
Letras - Graduação	professores de ensino de 2º grau	28,85	42,39	28,76
Engenharia - Mestrado ou Doutorado	engenheiros, arquitetos e assemelhados	27,20	25,46	47,34
Biologia - Graduação	professores de ensino de 2º grau	27,03	54,32	18,66
Letras e Artes - Mestrado ou Doutorado	professores de ensino de 2º grau	25,54	59,53	14,93
Química - Graduação	professores de ensino de 2º grau	24,38	68,84	6,67
Engenharia Química e Industrial - Graduação	químicos, farmacêuticos, físicos e assemelhados	24,05	35,81	40,15
Administração - Graduação	administradores e gerentes de empresas privadas	23,82	12,00	64,18
Propaganda e Marketing - Graduação	ocupações do comércio e atividades auxiliares	22,70	53,76	23,54

Ciências Econômicas e Contábeis - Mestrado ou Doutorado	economistas, contadores e técnicos em administração	19,98	36,70	43,31
Comunicação Social - Graduação	escritores e jornalistas	18,35	20,48	61,17
Estatística - Graduação	matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas	18,33	29,60	52,07
Filosofia - Graduação	professores de ensino de 2º grau	16,17	62,26	21,57
Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas (exclusive graduação em engenharia)	engenheiros, arquitetos e assemelhados	15,89	40,92	43,19
Ciências - Graduação	professores de ensino de 2º grau	15,55	48,09	36,35
Pedagogia - Mestrado ou Doutorado	ocupações auxiliares do ensino	15,52	43,68	40,79
Ciências Econômicas - Graduação	economistas, contadores e técnicos em administração	14,68	40,00	45,32
Outros de Ciências Humanas e Sociais - Mestrado ou Doutorado	cientistas sociais	14,23	52,78	33,00
Pedagogia - Graduação	ocupações auxiliares do ensino	14,19	21,04	64,77
Outros de Ciências Agrárias - Graduação	agrônomos, biólogos, vet.e assem.	13,91	59,28	26,80
Artes - Graduação	artistas e ocup. afins e auxiliares	13,34	13,75	72,91
Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas (exclusive mestrado ou dout.em engenharia)	professores de ensino de 2º grau	11,83	84,88	3,29
Ciências e Estudos Sociais - Graduação	professores de ensino de 2º grau	11,63	62,86	25,51
Outros cursos de Graduação	professores de ensino de 2º grau	9,28	74,03	16,69
Formação Professores Disciplinas Especiais - Graduação	professores de ensino de 2º grau	8,92	78,48	12,60
Outros cursos de Mestrado ou Doutorado	professores de ensino de 2º grau	6,73	85,02	8,26
Outros cursos de Engenharia - Graduação	engenheiros, arquitetos e assem.	5,21	54,78	40,01
Outros de Letras e Artes - Graduação	professores de ensino de 2º grau	4,97	76,39	18,64
Outros de Ciências Humanas e Sociais - Graduação	professores de ensino de 2º grau	3,90	80,13	15,97
Fonte: IBGE - Microdados do Censo de 2000.				



Bibliografía Citada

- Boigeol, Anne e Dezalay, Yves (1997) De l' gent d' affaires au barreau: Conseils Jurudiques et la Construcccion a' un espace professionnel. *Geneses* N°. 27. Juin P. 49-68.
- Bourdieu, P. e Boltanski, L. (1975), Le titre et le poste: rapports entre lè systPme de production et le systPme de reproduction. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 4 (2), p. 95-107.
- Bourdieu, P. e Christin, R. (1990), La construction du marché: le champ administrative et la production de la 'politique du logement. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, mars, p. 65-85.
- Bourdieu, P. e Saint Martin, M. de. (1987). Agrégation et ségrégation. Le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, Paris, (69), p. 2-50.
- Bourdieu, P. (1989). *La Noblesse d'État; Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Éd du Minuit.
- Bourdieu, P. (1978). Classement, déclassement, reclassement. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 24, novembre, p. 3-22.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Cambridge Polity Press.
- Brown, D. K. (2001). The social sources of educational credencialism: status cultures, labor markets, and organizations. *Sociology of Education*, V. 74, núm. 0, p. 19-34.
- Collins, R. (1979). *The Credential Society*. New York: Academic Press.
- Dezalay, Y. e Garth, B. (2002). *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amerique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*, Paris, Éditions du Seuil.
- Dezalay, Y. e Garth, B. (2008). L'imperialisme moral. Les juristes et l'imperialisme américain (Philippines, Indonésie). *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 171-172, p. 40-55.
- Fligstein, N. (1996). Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, v. 61, august, p. 656-673.
- Garrigou, A. (2001). *Les Élités Contre la République; Science Po et l'ENA*. Paris, La Découverte.
- Gautié, J., Godechot, O. e Sorignet, P.E. (2005). Arrangement institutionnel et fonctionnement du marche du travail. Le cas de la chas-se de tLte. *Sociologie du Travail*, 47, p. 383-404.
- IBGE. (2003). *Censo Demográfico de 2000. Microdados*, 3ª ed., Rio de Janeiro, IBGE, CD-ROM.

- IBGE. (2006). *Censo Demográfico de 1980. Microdados*. Rio de Janeiro, IBGE, CD-ROM.
- IBGE. (2006b). *Censo Demográfico de 1991. Microdados*. Rio de Janeiro, IBGE, CD-ROM.
- IBGE. (2007). *Censo Demográfico 1970; Microdados*. Rio de Janeiro, IBGE, CD-ROM.
- Karady, V. (1991). Une 'nation de juristes': des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d'ancien régime. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 86-87, mars, p. 106-124.
- Merllié, D. (1983). Les catégories socio-professionnelles et les conditions de leur mise en oeuvre. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 50, mars, p. 4-47.
- Paradise, C. (1988). Les professions comme marches du travail fermés. *Sociologie et Sociétés*, XX (2), p.9-21.
- Weber, M. (1984). *Economia y Sociedad; Esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Zarca, B. (1993). Les patrons dans la statistique officielle française. *Politix*, 23, p. 44-65.
- Zelizer, V. (1992). Repender le marché: La construction sociale du 'marché aux bébés aux Etas-Unis, 1870-1930. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 94, sept., p3-26.

Resumo

O texto tem como objetivo a apresentação de resultados do exame das relações entre titulação universitária, ocupação profissional e posição social no Brasil das últimas décadas. Utilizando como fonte os microdados dos censos, é confrontada a titulação universitária com os destinos ocupacionais e o rendimento do trabalho principal. Conforme a hipótese geral, como os usos sociais da titulação universitária se inscrevem numa diversidade de mercados e de relações diferenciadas com a estrutura de poder, por um lado, ocorre o crescimento da proporção daqueles que têm alguma ocupação de "elite". Por outro lado, a forte polivalência dos usos da titulação universitária resulta na grande quantidade daqueles que exercem alguma ocupação com rendimento inferior ao daqueles da categoria ocupacional correspondente ao título. A área de conhecimento tem pouca importância para tanto, ao contrário das possibilidades de usos da titulação em alguma posição de comando ou, então, abaixo da respectiva categoria profissional.

Palavras-chave: Titulação universitária e mercado de trabalho. Titulação universitária e grupos dirigentes. Titulação escolar e posição social.

Abstract

This paper has as main goal to present the relations between higher education degrees, professional occupation, and social position in Brazil in recent decades. Using census microdata as source for empirical data, higher education degrees are confronted with occupational positions and with the revenue in the main job. According to this paper's general hypothesis, since the social uses of higher education degrees are imbedded in a myriad of markets and differentiated relations with the structure of power, on the one hand there is a growing rate of those who have an "elite" occupation. On the other hand, the strong diversity in the uses of higher education degrees also results in the great number of people detaining an occupation with lower revenue than those in the occupational category corresponding to that degree. The field of knowledge has little relevance in that case, contrary to the possibilities of using such degree in a position of power or below that respective professional category.

Key words: Higher education degree and professional market. Higher education degree and rules groups. School degree and social position.